



Que a farsa não atrapalhe

PETROBRAS Os investigadores tentam proteger a Lava Jato dos efeitos deletérios do uso eleitoral do escândalo

POR FABIO SERAPIÃO

ENCERRADA A ELEIÇÃO presidencial e desligados os holofotes da campanha, os procuradores e delegados envolvidos nos desdobramentos da Operação Lava Jato buscam dar seguimento às investigações, enquanto desviam de armadilhas instaladas e veiculadas na mídia com o auxílio das defesas de seus principais alvos. Assim como nas últimas grandes operações da Polícia Federal da década passada, a investigação que culminou na prisão do doleiro Alberto Youssef e na dissolução do esquema responsável por movimentar 10 bilhões de reais enfrenta o desafio de manter-se longe da guerra de versões e informações ao passo que mira os tentáculos da organização criminosa em outros setores da administração pública e na nata do empresariado nacional. O pano de fundo de todo esse cenário é o desejo dos políticos e empresários citados em encontrar uma brecha jurídica capaz de invalidar ou, ao menos, tumultuar os processos relacionados à investigação. Foi assim na Satiagraha, quando o banqueiro Daniel Dantas plantou notícias até na mídia estrangeira, e na Castelo de Areia, com a tentativa de anulação das provas por parte dos

empreiteiros citados como pagadores de propina. E será nas próximas investigações interessadas em desvendar os esquemas de corrupção que desde sempre assolam a política brasileira.

Um bom exemplo das dificuldades a ser enfrentadas pela Lava Jato é a repercussão da última armação da revista *Vêja*. Três dias antes do segundo turno, a semanal sustentou, com base na suposta delação, que a então candidata Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula “sabiam de tudo” sobre os desvios praticados pela



O advogado de Alberto Youssef nega o vazamento

trupe de Youssef na Petrobras. Com o alarde necessário para chamar atenção do eleitorado, a revista do Grupo Abril antecipou em dois dias sua circulação para revelar os supostos detalhes da convivência do ex-presidente e da atual mandatária. Repercutada à exaustão, a reportagem conseguiu tumultuar a relação entre as autoridades envolvidas no caso e pode atrapalhar o processo de colaboração do doleiro preso.

Embora traga algumas informações posteriormente confirmadas por outros veículos, como o fato de Youssef ter dito, sem apresentar provas, que Lula teria ligado para o então presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e solicitado o pagamento de uma dívida com uma empresa de marketing, a reportagem foi desmentida pelo advogado do doleiro que agora é alvo de uma investigação da Polícia Federal, como informou *O Globo* na quarta-feira 29. Segundo o jornal, a PF investiga o vazamento do depoimento e a suspeita da ação recai sobre a defesa do doleiro. De acordo com o jornal, Youssef prestou depoimento na terça-feira 21, como fazia normalmente, e não citou Lula ou Dilma. Na quarta-feira 22, um de seus advogados pediu para “fazer uma retificação no depoimento anterior”.

No interrogatório, afirma *O Globo*, o advogado “perguntou quem mais, além das pessoas já citadas pelo doleiro, sabia da fraude na Petrobras”. Youssef disse, prossegue o jornal, “acreditar que, pela dimensão do caso, não teria como Lula e Dilma não saberem”. Um dia depois da reportagem de *O Globo*, foi a vez de o advogado de Youssef, o criminalista Antonio Figueiredo Basto, apresentar sua versão. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Basto negou envolvimento na divulgação de trechos da delação e desmentiu a tese da retificação. “Nesse dia não houve depoimento no âmbito da

TAMBÉM NESTA SEÇÃO



PF investiga vazamento de depoimento de Youssef

Objetivo é saber se houve intenção de influenciar resultado das eleições

BRASÍLIA E CURITIBA - A Polícia Federal abriu inquérito para investigar as circunstâncias do vazamento de trechos de um depoimento em que o doleiro Alberto Youssef cita a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Investigadores da Operação Lava-Jato suspeitam que Youssef foi estimulado a fazer declarações sobre Dilma e Lula, numa manobra que teria, como objetivo, influenciar o resultado das eleições presidenciais.

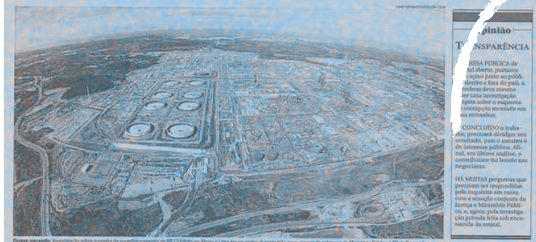
Trechos do depoimento foram divulgados pela revista "Veja", quinta-feira passada. Dois dias antes, Youssef prestara um depoimento, como vinha fazendo desde o início da delação premiada. No dia seguinte, um de seus advogados pediu para fazer uma retificação no depoimento anterior. No interrogatório, perguntou quem mais, além das pessoas já citadas pelo doleiro, sabia das fraude na Petrobras.

Youssef disse, então, acreditar que, pela dimensão do caso, não teria como Lula e Dilma não saberem. A partir daí, concluiu-se a "retificação" do depoimento. No dia seguinte, trechos do depoimento foram publicados pela revista, com a informação de que o doleiro teria dito que Dilma e Lula sabiam das fraudes na Petrobras.

Youssef segue internado no hospital Santa Cruz, em Curitiba, onde está desde sábado. Segundo boletim médico divulgado ontem, Youssef iniciou tratamento de fisioterapia e reposição de nutrientes, por estar debilitado; seu quadro é estável, mas sem previsão de alta. ●

Apuração sobre refinaria parou por três anos

Polícia Federal de Pernambuco não deu andamento a inquérito sobre suspeitas de fraude na Abreu e Lima



BRASÍLIA - O Conselho de Ética da Câmara aprovou a cassação de Argôlo, o presidente da Casa desde a sua eleição em 2011. O Conselho de Ética da Câmara aprovou a cassação de Argôlo, o presidente da Casa desde a sua eleição em 2011. O Conselho de Ética da Câmara aprovou a cassação de Argôlo, o presidente da Casa desde a sua eleição em 2011.

Advertisement for Kellogg's Kellogg's 130mg cereal, featuring an image of the cereal box and a bowl of cereal.

ESPECIAL ÁGUA Por que a escassez vai ser um fantasma permanente no Brasil e no mundo 20 PÁGINAS

veja

Advertisement for 'veja' magazine featuring a large image of a man's face and the headline: 'O doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção na Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal'.

Seu País

delação. Isso é mentira. Desafio qualquer um a provar que houve oitiva da delação premiada na quarta-feira.” Sobre o material de *Veja*, diz o advogado, não teve “nenhuma participação nessa divulgação distorcida”.

Da mesma forma que o burburinho causado pela publicidade imposta aos depoimentos de Youssef e Paulo Roberto Costa, na primeira semana após o primeiro turno, teve como objetivo desgastar o juiz Sérgio Moro, as divergências de versões sobre o vazamento pretendem, além de prejudicar determinados partidos políticos, fragilizar a peça principal da investigação: a própria delação do doleiro. A partir de agora, qualquer advogado atuante no caso se sentirá à vontade para colocar em xeque a validade das declarações. A possibilidade de perder o benefício da delação, decorrente dos vazamentos, levou Youssef a ser internado por quatro dias, após desmaiar na cela que ocupa na carceragem da Polícia Federal do Paraná, por causa de complicações cardíacas. O fato produziu outro factóide eleitoral, o boato de envenenamento do suspeito.

Atentos aos passos de seus alvos e aos interesses dos advogados em encontrar uma falha processual forte o suficiente para anular as provas colhidas até o momento, os investigadores continuam a seguir o caminho do dinheiro. Para o desespero daqueles cujos nomes e empresas foram citados, a cada dia mais provas são anexadas ao inquérito. Um novo delator foi arregimentado. Com medo de ser preso, o empresário Julio Gerin de Almeida Camargo resolveu contar os pormenores da relação de sua empresa, a Toyo Setal Empreendimentos, com a Petrobras.

A empresa apareceu nas planilhas de Costa como contribuinte das campanhas eleitorais de políticos supostamente ligados ao esquema comandado por Youssef. Entre 2006 e 2014, Camargo e suas

empresas permaneceram no ranking dos maiores doadores de campanha do País. Somente como pessoa física, em 2010, ele doou um total de 1,2 milhão de reais a dez candidatos ao Senado, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Todos repasses legais, registrados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Entre destinatários das doações estão a ministra Marta Suplicy, o senador Lindbergh Farias e Delcídio Amaral, todos do PT. Camargo ainda doou 2,4 milhões ao PR, 638 mil ao PTB e 475 mil ao PMDB. As empresas Treviso Empreendimentos, Piemonte do Brasil Participações e Auguri Assessoria Comercial, todas registradas em nome do executivo, também apareceram no fluxograma do dinheiro movimentado por Youssef por meio da GFD Investimentos.

Além do pânico espalhado entre os agentes públicos citados, o depoimento de Camargo caiu como uma bomba no *pool* das grandes empreiteiras elencadas por Youssef e Costa como parte do cartel atuante na estatal. Organizados em torno de uma estratégia única de defesa, os advogados dessas empresas haviam

procurado o Ministério Público Federal para propor um acordo coletivo de leniência. Após os procuradores rejeitarem a proposta, Camargo abandonou o grupo, comprometeu-se a devolver 40 milhões de reais e prometeu citar e entregar documentos relacionados aos agentes públicos que o auxiliaram nos desvios em licitações bilionárias da estatal.

Passada a tensão da disputa eleitoral, os investigadores e magistrados integrantes da força-tarefa por trás da Lava Jato buscam provar que as operações contra crimes de colarinho-branco no País não estão fadadas ao fracasso. Para isso, tentam esquivar-se das intempéries causadas pelos interesses dos grupos de poder influentes na mídia. No passado, o delegado Protógenes Queiroz, o juiz Fausto de Sanctis e a procuradora Karen Kahn não conseguiram se desviar dessas armadilhas e viram suas investigações serem anuladas ou paralisadas. Desta vez, Moro, os procuradores da força-tarefa e o ministro Teori Zavascki terão mais uma oportunidade de enfrentar os interesses da elite empresarial e política brasileira. Ou teremos uma operação semelhante à Mãos Limpas italiana ou continuaremos a ser a nação da impunidade. •



Enquanto Moro cuida dos processos na primeira instância, Zavascki mira os políticos